

A Formação Ética dos Jornalistas: Relato de Experiência Docente¹

Sérgio Rodrigo da Silva FERREIRA²
Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES

Resumo

Como parte do processo de reflexão sobre as questões relativas às práticas pedagógicas em sala de aula, e objetivando aprimorá-las, é que este artigo se apresenta como relato da experiência docente no ensino superior através da disciplina *Legislação em Comunicação*, obrigatória no programa do curso de graduação em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo. Com o objetivo de apresentar os modos como foi planejada a disciplina e os resultados obtidos ao assumir a perspectiva do debate sobre ética como Cuidado de Si, é que se aponta para a importância de desenvolver a autonomia dos estudantes em Jornalismo numa abordagem crítica sobre suas práticas profissionais.

Palavras-chave: educação; jornalismo; ética; pedagogia; comunicação social.

Antes de perguntar como ensinar ética para estudantes de Jornalismo é necessário primeiro perguntar se é possível ensinar uma ética. A ética como parte inerente ao processo de ser humano, pelo simples fato de sermos sujeitos sociais, em que os valores nos são transmitidos pelo próprio processo de aprendizagem e socialização, talvez a ética não possa mesmo ser ensinada, mas provocada e alimentada com diversos elementos simbólicos. Toda a disciplina acaba discutindo, em menor ou maior grau, as melhores formas de agir, o que é bom e bonito, como lidar com o outro, como se constituir como sujeito social e, deste modo aborda princípios que constituem a ética do sujeito enquanto ser social.

Ao assumir a incumbência de dar aula, junto ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), para a disciplina que trata da Legislação acerca da Comunicação Social e os dilemas éticos que a profissão de jornalista

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professor substituto do Departamento de Comunicação Social da Ufes, email: sergiorodrigosf@gmail.com

impõe, tendo em vista que esta atividade especificamente tem significativos efeitos sociais e políticos, é que me propus a discutir a abordagem deste tema em sala de aula pelos cursos de Jornalismo.

É importante notar que o que chamamos de ética é também, e acima de tudo, um processo estético. A ética, como afirma Eugênio Bucci (2000) nada mais é do que uma singular estética da conduta. É quando afirmamos o que é bom e o belo em nossos fazeres, quando procuramos delimitar a imagem dos bons modos de se fazer jornalismo, ao apontarmos aos nossos alunos qual é a conduta politicamente correta e em linha com a boa imagem da profissão é que tratamos de questões éticas. Valores como a objetividade, a imparcialidade, o desejo e a busca por verdade e precisão, e a confidencialidade, são características da profissão do jornalista, e são valores éticos que apontam para uma boa prática do sujeito consigo mesmo, com sua atividade, com seus pares e com a sociedade que recebe seu produto.

É em Foucault (2012) que fui buscar uma base teórica que me permitiu adotar uma perspectiva sobre ética a partir do conceito do *Cuidado de Si*, pensando a formação da subjetividade a partir do cuidar de si próprio entendido como preocupação por constituir a própria subjetividade. Ao pensar os jogos de verdade em que o sujeito está implicado e entender os modos como este pode manipular esses elementos, é que procurei proporcionar a possibilidade de exercício de si sobre si mesmo através do qual os alunos procuravam se elaborar, se transformar e se atingir num certo modo de ser (FOUCAULT, 2012) na condição de (futuros) profissionais do campo do Jornalismo. Foi por meio desta base conceitual que procurei, na teoria e na prática, conceber a disciplina em questão, procurando mobilizar o coletivo em sala de aula e proporcionar a criação de experiências de debate que necessitavam de reflexão sobre as atitudes dos sujeitos, que se atentassem aos seus modos de pensar e que se assumissem enquanto atores transformadores da realidade que criticavam.

A discussão da ética no jornalismo contemporâneo apresenta-se como uma urgência, pois sendo a profissão dependente de uma relação de credibilidade e confiança, as ações dos *media* impactam toda uma categoria profissional e uma prática consolidada. Pesquisas recentes mostram como estão abaladas as relações entre o público e os meios de comunicação no Brasil. O levantamento sobre a confiança na mídia, realizada pela

Secretaria de Comunicação da Presidência da República³, que procurou mensurar o nível de confiança nas notícias veiculadas por diferentes meios de comunicação - televisão, rádio, jornais, revistas e internet - mostrou que, na média, apenas 41% dos entrevistados dizem confiar nas notícias presentes nos suportes midiáticos. Os índices de confiança social nos meios de comunicação, em pesquisas realizadas pelo instituto Ibope em 2014, mostram que de 2009 a 2014 houve uma queda de 71 para 54% na confiabilidade do público⁴.

Há, assim, uma excepcionalidade nas práticas profissionais do jornalismo que desvela uma relação de poder e que aponta para uma série de questões éticas, transversalmente afetadas pelo fato de que o poder citado não repousa num contrato social (*stricto sensus*, voto ou nomeação) e em sua função social que tem como substrato a responsabilidade primordial de entregar um bom produto ao seu público. A atuação jornalística é um elemento importante na organização da vida cotidiana, já que de alguma forma, as notícias definem noções partilhadas do que é importante na atualidade, dando-nos pontos de vista sobre a realidade. São essas mesmas notícias que nos dão satisfação pelo consumo, geram conhecimento e também sugerem respostas para os problemas do cotidiano. Elas, ao emergirem no tecido social pela ação dos meios jornalísticos, atuam no social, (des)configuram referentes coletivos e geram processos que inferem em nossa realidade (SOUZA, 2002).

É deste modo que os jornalistas como produtores de notícia, como estes sujeitos que para a maioria das pessoas têm como a profissão a função de elencar o que é importante a ser discutido na atualidade, testemunhar o real e assim veicular o que é verdadeiro, agem nas redes de nossa sociedade por relações de poder que afetam nossos discursos. Tal poder toma corpo ao nos darmos conta de que são estes meios que nos garantem um direito fundamental das sociedades democráticas, que é o direito à informação. Este princípio básico do controle social permite que o cidadão exerça algum controle sobre a ação da

³ SECRETARIA de Comunicação Social da Presidência da República. *Pesquisa Brasileira de Mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em 24 jun. 2015.

⁴ IBOPE. *Após queda acentuada em 2013, Índice de Confiança Social se estabiliza*. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/Ap%C3%B3s-queda-acentuada-em-2013,Indice-de-Confianca-Social-se-estabiliza.aspx>>. Acesso em 24 jun. 2015.

administração do Estado, e é, na maioria das vezes, por meio da atuação de jornalistas que tal direito pertencente a todo o cidadão, o de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse (particular ou coletivo), se efetiva (BERTRAND, 1999; BITELLI, 2004).

Este poder dos *media* é especialmente problemático quando levamos em consideração que é um serviço público de grande relevância, mas que é exercido, em boa parte das vezes, em empresas privadas que visam o lucro, onde muitas vezes as necessidades no público são confundidas com os desejos dos consumidores. Isso por conta da tripla natureza da mídia, que ao mesmo tempo em que é um *serviço público* (como dito anteriormente, que garante nosso direito a informação por meio de um processo de delegação social, - no qual se espera como contrapartida um conteúdo público de qualidade), é também uma *instituição política* (atuando como o chamado quarto poder, moderando os poderes do Estado, algumas vezes o chantageando e obrigando-o a prestar contas), e uma *indústria* (estando no lugar entre o interesse público e o financeiro).

Aqui chegamos num ponto crucial para o entendimento da importância do estudo da ética na profissão do jornalista. A prática jornalística tem significativo papel pedagógico tendo efeito sobre nossas visões de mundo e nossa formação como sujeitos. Ela exerce sobre nossas opiniões e crenças forte influência, especialmente em longo prazo e se sua mensagem for homogênea e constante. Deste modo, dentro do direito a liberdade de expressão, o jornalista deve tentar constante e voluntariamente manter o alto sentido de suas responsabilidades.

Fez-se assim durante o desenvolvimento da disciplina em questão não só modos de se apontar os efeitos sociais e políticos da prática jornalística na sociedade, mas, ao estudar a legislação vigente e a deontologia da profissão tentou-se despertar para o fato de que a normatização das práticas tem função e razão, e que elas são dadas historicamente. Foi importante, por exemplo, contextualizar a criação tanto da Constituição Brasileira quanto a do Código de Ética do Jornalista, para mostrar que suas características são próprias da época em que foram criados, mas também evidenciar o fato de que são mutáveis e que tem sempre de estar em processo de revisão para verificar se normas e leis dão conta das vivências hodiernas. É assim que o estudo da deontologia como instrumento complementar se faz importante. A deontologia trata dos princípios, fundamentos e sistemas de moral; é um estudo dos deveres especiais de uma situação determinada, como as da prática do

jornalismo, por exemplo. A deontologia não depende do direito nem da moral (no sentido estrito), mas assegura sua função primordial.

Claude-Jean Bertrand (2000) afirma que a deontologia só é praticada na democracia, uma vez que o processo de autocontrole feito pelos sujeitos que atuam no jornalismo “só pode ser considerado seriamente onde existem liberdade de expressão, uma certa prosperidade da mídia e jornalistas competentes, orgulhosos de exercer sua profissão” (BERTRAND, 1999, p. 23). A deontologia “no que concerne à mídia, é um conjunto de princípios e regras, estabelecidos pela profissão, de preferência em colaboração com os usuários, a fim de responder melhor às necessidades dos diversos grupos da população” (BERTRAND, 1999, p.22).

A deontologia foca nos deveres; são as regras que delinham os limites à liberdade. Em se tratando da deontologia do jornalismo é especialmente relevante o poder-dever de informar, uma vez que há uma associação entre eles. É exemplar disso o que diz parte do artigo 220 de nossa Constituição: “(...) a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo, ou veículo, não sofrerão qualquer restrição, observando o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 2015, p. 36). Fica claro aqui que a liberdade de expressão enunciada não significa ausência de restrições ao seu exercício, mas, ao contrário, conta ela com limites erigidos pelo próprio texto constitucional.

Ciente da importância do debate e querendo envolver os alunos numa discussão que, a princípio, soava pouco estimulante é que procurei tomar como princípio as noções de ética a partir das noções foucaultianas de Cuidado de Si, ou seja, o debate como processo de subjetividade na constituição dos alunos também como profissionais, é que fiz emergir algumas noções práticas de Paulo Freire a respeito da autonomia dos sujeitos no processo pedagógico.

Assim como Freire (2011), procurei levar em conta, principalmente, o conhecimento do aluno em diálogo com a disciplina, porém oposto ao caráter autoritário, assinalando as atitudes para estimulação da liberdade de pensamento e de fala, e também valorizando a experiência de vida como primordial para o efetivo aprendizado. Procurei estimular os alunos no sentido de trazerem suas experiências não só como consumidores de mídia, mas como estagiários de empresas de comunicação e resgatarem os exercícios de atuação jornalística que tiveram em outras disciplinas e em outros momentos do curso.

Apesar de ainda muito calcada em modos expositivos de ensino, a disciplina foi pensada de modo a produzir o livre debate, procurando implicar o conteúdo com experiências dos discentes, trazendo para dentro das discussões temas políticos contemporâneos numa perspectiva crítica. Foi em Freire que me baseei para buscar modos de ensino em processos que são obtidos socialmente. Desta maneira não se tratava de ensinar legislação e ética por meio de atos de transmissão de conhecimentos, mas sim de criação de oportunidades para a construção dos saberes, representando um processo de formação, nas quais os alunos se tornam sujeitos de seu conhecimento.

O processo de aprendizagem e de Cuidado de Si não era só dos estudantes, mas também era meu, como sujeito que pensa a mídia, mas principalmente como sujeito que procura ensinar. Foi assim que fui me experimentando como professor pesquisador. Este trabalho parte da necessidade de me assumir enquanto professor pesquisador, ao pretender elencar questões relativas às práticas pedagógicas em sala de aula objetivando aprimorá-las. Ao narrar à experiência e apresentar os resultados procuro não só publicizar uma experiência positiva de aprendizado, mas também refletir sobre prática futuras na mesma disciplina. Este trabalho se apresenta, assim, como um desafio duplo, pois, sendo um iniciante nas atividades de ensino sobre o tema, agora se soma a isso o fato de ser a primeira vez que procuro atuar fora do campo da pesquisa acadêmica, me aventurando nas escritas por meio da pesquisa de professor.

Regina Leite Garcia e Nilda Alves (2002) já apontavam as significativas diferenças existentes entre a *pesquisa do professor* e a *pesquisa acadêmica ou científica*. Se por um lado a pesquisa acadêmica tem por característica, por exemplo, uma preocupação com a originalidade, a validade e a aceitação pela comunidade científica, por seu lado a pesquisa do professor busca o conhecimento da sua realidade para transformá-la, objetivando melhorar as práticas pedagógicas. Já em relação ao rigor, por outro lado, o professor pesquisa sua própria prática, encontra-se envolvido com seu objeto de pesquisa, diferentemente do pesquisador teórico. Quanto aos objetivos, a pesquisa do professor tem caráter utilitário, os resultados existem para serem usados na sala de aula, enquanto a pesquisa acadêmica em geral está conectada com objetivos sociais e políticos mais amplos (GARCIA; ALVES, 2002).

É assim que me assumo e me constituo como professor investigador, ao examinar minha prática, identificar problemas, formular hipóteses, questionar valores, observar o

contexto institucional e cultural ao qual pertenço, participar do desenvolvimento curricular, assumir a responsabilidade por meu desenvolvimento profissional e fortalecer as ações em grupo. Tomo como objeto de pesquisa, análise e discussão e minha própria realidade escolar.

A experiência em questão aconteceu no primeiro semestre de 2015, no CEMUNI 5, prédio do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo. Eram 23 alunos do 5º período do curso de Jornalismo, em sua grande maioria mulheres (havia dois homens) entre 20 a 25. A ementa fixa da disciplina que me foi proposta era a seguinte: “Estudo da legislação vigente e aplicável em matéria de jornalismo. Códigos deontológicos ligados à atividade profissional de imprensa. Apreciação das mensagens jornalísticas ante seus reflexos positivos ou negativos em relação a pessoas, grupos sociais e público em geral. Comprometimento ético do profissional do jornalismo”.

A partir da referida ementa é que formulei o programa da disciplina. Estabeleci como objetivos gerais: “conhecer os mecanismos legais, normativos e éticos que orientam a atividade do jornalismo. Analisar criticamente casos de ética profissional. Desenvolver uma visão crítica em relação à atividade”. Como objetivos específicos: “Discutir as implicações sociais e políticas da prática do jornalismo e sua normatização. Levantar questões éticas a partir da análise do fazer jornalístico”.

Dividi o conteúdo programático da disciplina em três unidades, sendo que a primeira era *Poder, normatização e legislação*; a segunda *Ética e questões trabalhistas* e a terceira *Direitos humanos e a prática jornalística*. Essas unidades foram subdivididas em tópicos que procuravam, como dito anteriormente, não só evidenciar a legislação e normatização da prática dos meios de comunicação no Brasil, mas provocar seu debate no sentido de produzir o entendimento de seus sentidos dados socialmente e historicamente (ver *Figura 1*).

Além da bibliografia básica e complementar, baseada em livros, artigos de revistas e textos on-line, foi adotada uma série de referências audiovisuais que foram apresentadas ao longo da disciplina, sendo elas matérias de telejornais, documentários, vídeos publicitários, filmes de ficção e vídeos institucionais e também referenciou-se produtos jornalísticos atuais, impressos e *online*, como forma de ilustração de conceitos.


| | | | |
|---|--|--|------------|
|  | | Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Artes – Departamento de Comunicação Social Curso de Comunicação Social – Jornalismo | 2015/01 |
| PROGRAMA DE DISCIPLINA | | | |
| COS 04835 | LEGISLAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (Jornalismo) | | 5º Período |
| Carga Horária Total 60h | Créditos 04 | Distribuição da Carga Horária Semanal | |
| | | Teoria | Exercício |
| Turma: 01 | | 2h | 2h |
| EMENTA | | | |
| <p>Estudo da legislação vigente e aplicável em matéria de jornalismo. Códigos deontológicos ligados à atividade profissional de imprensa. Apreciação das mensagens jornalísticas ante seus reflexos positivos ou negativos em relação a pessoas, grupos sociais e público em geral. Comprometimento ético do profissional do jornalismo.</p> | | | |
| OBJETIVOS | | | |
| <p>Geral: Conhecer os mecanismos legais, normativos e éticos que orientam a atividade do jornalismo. Analisar criticamente casos de ética profissional. Desenvolver uma visão crítica em relação à atividade. Específicos: Discutir as implicações sociais e políticas da prática do jornalismo e sua normatização. Levantar questões éticas a partir da análise do fazer jornalístico.</p> | | | |
| CONTEÚDO PROGRAMÁTICO | | | |
| <p>Unidade 1 – PODER, NORMATIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO</p> <p>1.1 Poder, micropolítica e a opinião pública como aclamação moderna. 1.2 Conceitos de regulação. Normatização e modernidade. 1.3 Deontologia para comunicação. 1.4 Legislação Brasileira e a regulamentação da comunicação.</p> <p>Unidade 2 – ÉTICA E QUESTÕES TRABALHISTAS</p> <p>2.1 Ética e a ética trabalhista. 2.2 Código de Ética do Jornalismo: história, características e aplicações. 2.3 A profissão do jornalista.</p> <p>Unidade 3 – DIREITOS HUMANOS E A PRÁTICA JORNALÍSTICA</p> <p>3.1 Comunicação para os Direitos humanos. 3.2 Movimentos Sociais e minorias.</p> | | | |
| BIBLIOGRAFIA BÁSICA | | | |
| <ul style="list-style-type: none"> • BERTRAND, Jean-Claude. <i>A deontologia das mídias</i>. Bauru: Edusc, 1999. • BUCCI, Eugênio. <i>Sobre ética e imprensa</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. | | | |
| BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR | | | |
| <p>Bibliográficos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • BITELLI, Marcos Alberto Sant'Anna. <i>Coletânea de Legislação de Comunicação Social</i>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. • _____. <i>O direito da comunicação e da comunicação social</i>. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. | | | |

Figura 1 - Visão geral da primeira página do programa da disciplina.

A avaliação da disciplina baseou-se em exercícios de análise fílmica⁵, numa prova escrita com consulta (em que os discentes tinham que resolver uma questão ética e precisaram avaliar a questão do ponto de vista do direito da comunicação, das questões éticas e das práticas profissionais que estavam postas) e numa atividade de pesquisa de estudos de caso.

A referida atividade de pesquisa mostrou-se especialmente produtiva. Foi proposto aos alunos que selecionassem uma matéria recente em um veículo de comunicação de qualquer gênero (impresso, televisão, rádio ou *online*) ou um fato que, conforme o discutido em sala de aula, que no entendimento deles, ferisse o código de ética do jornalismo. Era necessário que eles explicassem o motivo da escolha descrevendo as implicações éticas, foi pedido que os estudantes contribuíssem com um comentário crítico refletindo de que forma a situação retratada poderia ser revista, mudada e transformada. A coleta dos dados e análise deveria gerar um texto de uma lauda e deveria ser apresentado e discutido com os colegas em sala de aula.

Inicialmente pensada como atividade para durar uma aula, os debates se estenderam por três semanas. Cada trabalho apresentado permitiu que fosse discutido a práxis jornalística em todos os seus territórios: da mensagem e dos códigos; dos meios e modos de produção das mensagens; do contexto comunicacional das mensagens; do emissor ou fonte da comunicação e do destino e da recepção da mensagem. Além disso, mostrou-se uma excelente forma de debater e discutir questões políticas contemporâneas, por meio das matérias também se pode discutir sobre a situação atual do país e foram levantadas questões de direitos humanos e minorias, de gênero, de sexo, de raça, de infância, de consumo, de segurança pública, de educação e de trabalho.

Entre os temas levantados pelos discentes nas matérias de jornais estavam a violência em bairros periféricos, a ação violenta da polícia contra manifestações pacíficas, as banalidades da vida de celebridades, os métodos de emagrecimento, o roubo, o estupro, o feminicídio, o suicídio, assassinato, os privilégios de políticos, o espancamento, a ação de milícias, e a atividade privada de família de políticos. Além das matérias, foi levantado

⁵ Os estudantes analisaram sob o ponto de vista da ética jornalística os acontecimentos no filme “Doces Poderes”, de Lucia Murat (MURAT, Lúcia. *Doces Poderes*. [Filme-vídeo]. Brasil, 1996. 102 min. color. son.) e o documentário “A Constituição Cidadã”, produzido para a TV Senado.

como assunto de análise a ação de jornalistas que publicam em redes sociais *online* sem apuração.

Por meio dos casos levantados os alunos apontaram como problemas éticos no jornalismo contemporâneo a falta de conteúdo de interesse público, a publicação de conteúdo sem relevância social, o desrespeito a intimidade, privacidade, honra e imagem dos cidadãos, a exposição de pessoa ameaçada e/ou sob risco de vida, o tratamento desrespeitoso às pessoas, a falta de veracidade de algumas abordagens tendenciosas, abordagens racistas e machistas, o desrespeito aos Direitos Humanos, o desrespeito a integridade física e moral do indivíduos, veiculação de conteúdo de caráter mórbido, a opressão de minorias e a banalização da violência.

Ocupou especialmente a crítica dos alunos o fato da veiculação de conteúdo de irrelevância pública e/ou com enquadramento não crítico ou pouco abrangente. Sobre este aspecto um dos alunos escreveu:

O jornalista deve prestar informações de relevância a qualquer cidadão de direito. Acredito que uma notícia que tem como objetivo querer saber se um barbante é capaz de fazer uma pessoa perder peso ou não, não atende a isso.

Outra preocupação que esteve bastante presente nas análises dos estudantes foi a banalização da violência no relato nos motivos apresentados. Os alunos mostraram-se bastante sensibilizados com as questões de violência motivadas por racismo, homofobia, misoginia e contra a população pobre. Ilustra este viés o estudante que trouxe para o debate o caso de homicidas, chamados pelo jornal de “justiceiros”, que mataram um cidadão por não pagar uma passagem de ônibus:

Quando o valor de uma vida se tornou menos importante que uma passagem? Ainda que o transporte seja pago e todos estejam insatisfeitos com ele, deve-se tomar cuidado ao dar o aval para que a loucura se instale e as pessoas comecem a matar por R\$2,45.

Em meio às análises que foram feitas houve críticas contundentes aos programas de televisão de viés sensacionalista, tão em voga atualmente. O sensacionalismo se inclui como um gênero jornalístico que propõe atingir o público justamente pelo choque, explorando temas em tom espalhafatoso e com a finalidade de provocar emoção ou escândalo. Para isso, procura tratar de temas como crimes, desastres, sexo, escândalos, hábitos exóticos, etc.

O debate em torno deste tema esteve presente especialmente num caso que tratava de uma cobertura sensacionalista de um sequestro, em que a apresentadora de um programa de TV negociava com o sequestrador por telefone ao vivo em rede nacional:

O acontecimento ganha espectadores, como se o caso fosse uma novela a ser acompanhada capítulo por capítulo (...). Embora não se trate de uma obra ficcional ou de um programa de reality show para ser acompanhado com tanta fidelidade e expectativa, é tratado como. Ignoram-se os limites do bom senso e da ética, e se esquecem que o caso é mesmo da vida real. Tudo pela audiência!

Apareceu nas análises dos discentes a crítica negativa à linguagem destes programas que valorizam a emoção em detrimento da informação, que exploram o vulgar de forma espetacular, pelo uso de linguagem coloquial, pelo destaque a elementos supérfluos e pela subtração de outros importantes, pela invenção de palavras e fatos e pela descontextualização política, econômica, social e cultural. A análise feita por um estudante ilustra este posicionamento:

A estrutura dessa reportagem e desse programa, intervém diretamente na construção social do cidadão que entra em contato com esse conteúdo. O telejornal ocupa espaço em um meio de muita visibilidade e está na posição de formador de opinião, por isso uma reportagem como essa deveria estar isenta de qualquer comentário que violasse os direitos humanos. Abordando o fato de forma menos factual, não é apenas mais um corpo em qualquer assassinato em Cariacica, é um cidadão que foi morto de forma violenta em um dos estados mais violentos do Brasil, como mostra o mapa da violência, e nada tem sido feito para tratar do problema.

Além da crítica ao sensacionalismo as análises apontaram ainda para outros problemas no jornalismo como a incitação da violência nos discursos de alguns veículos, a parcialidade, enquadramentos politicamente incorretos e falta de aprofundamento.

Foi especialmente gratificante o resultado positivo da disciplina em minha primeira experiência no ensino deste tema, ainda mais tendo uma missão tão complicada como é a de tratar da ética no jornalismo. Foi fundamental para o sucesso da experiência estar corporalmente envolvido nas discussões, debater respeitando as alteridades e atuar em prática testemunhal que confirmava o que se dizia.

Como nos diz Paulo Freire, ensinar exige estética e ética: somos seres históricos e sociais, somos capazes de comparar, valorizar, intervir, escolher, decidir, romper e por isso, deste modo nos fazemos seres éticos.

É por isso que transformar a experiência em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos

não pode dar-se alheio à formação moral do educando. Educar é substantivamente formar (FREIRE, 2011, p. 16).

Referências

BERTRAND, C.. *A deontologia das mídias*. Bauru: Edusc, 1999.

BITELLI, M. A. S.. *O direito da comunicação e da comunicação social*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/con1988_05.10.1988/con1988.pdf> . Acesso em 3 jul. 2015..

BUCCI, E.. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

FOUCAULT, M.. *Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (col. Ditos & Escritos).

FREIRE, P.. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed.. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GARCIA, R. L.; ALVES, N.. Conversa sobre pesquisa. In: ESTEBAN, M. T.; ZACCUR, E. (Orgs). *Professora-pesquisadora: uma práxis em construção*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOUSA, J. P.. *Teorias da notícia e do Jornalismo*. Chapecó: Argos, 2002.